

A pergunta da vez

Como escrever textos oficiais/jurídicos que apresentem o atributo da “simplicidade”?

Uma gota de gramática

A simplicidade, em textos jurídicos, significa apresentar o conteúdo de modo que seja compreensível para todo leitor, independentemente da sua formação profissional.

Para escrever textos caracterizados pela simplicidade, aconselha-se:

- organizar os termos das orações em ordem direta (por exemplo: sujeito + verbo + predicado);
- utilizar expressões na forma positiva (quer dizer, evitar usar frases negativas);
- reduzir o uso de termos técnicos da área ou jargões – a menos que seja imprescindível;
- evitar regionalismo, preciosismo e neologismo.

Veja do que se trata exatamente nestes exemplos:

- “São partes legítimas da lide os titulares dos interesses jurídicos em litígio.”

Nessa frase, podemos ver que o autor usou a forma inversa da oração, que deve ser evitada na escrita jurídica e oficial, pois pode gerar a falta de compreensão.

Uma forma adequada de reescrita desse período é: “Os titulares dos interesses jurídicos em litígio são partes legítimas da lide”.

Da mesma forma, o uso de frases negativas também deve ser evitado:

- “Não há como negar que o evento morte guarda inegável liame com a conduta delituosa do segurado.”

Para que a oração faça mais sentido, pode ser reescrita da seguinte forma:

“[É certo que] o evento morte guarda inegável liame com a conduta delituosa.”

Além disso, o uso de jargões também deve ser evitado, para melhor entendimento do que está sendo dito para o público em geral. Verifique o seguinte exemplo:

- “É inegável o sofrimento dos autores diante da morte do cônjuge/pai, o que, decerto, acarreta dano moral *in re ipsa*”.

Embora o uso de expressões em latim seja comum na área do direito, elas podem ser incompreensíveis para leitores não especialistas na área e, em muitos casos, podem ser evitadas.

Questão prática para você:

Quais estratégias devem ser seguidas para garantir que o texto oficial/jurídico se caracterize pela simplicidade?

- a) Uso mais frequente de frases na forma negativa.
- b) Uso de orações na forma inversa.
- c) Uso abundante de jargões e termos técnicos.
- d) Uso de orações na forma direta.

Resposta

Letra d.

REFERÊNCIA

MINAS GERAIS. Lei complementar nº 78, de 9 de julho de 2004. Dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do estado, conforme o previsto no parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/78/2004/?cons=1>. Acesso em: 21 jun. 2024.